

XXXV REUNIÃO DA REDE NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO ABERTA

DATA: 01 de outubro de 2025

HORA: 10h00

LOCAL: Reunião decorreu em formato híbrido (presencial nas instalações sede ARTE e à distância

usando a plataforma Microsoft Teams)



PARTICIPANTES

Presencial

Agência para a Reforma Tecnológica do Estado (ARTE)

- Jorge Lagarto
- Rui Martinho
- Rui Carneiro
- Dora Silva

Plataforma de Associações da Sociedade Civil – Casa da Cidadania (PASC-CC)

■ Luís Vidigal

Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA)

■ Sérgio Pratas

Secretaria-Geral do Governo (SG Gov)

- José Viegas
- Nuno Branco

Autoridade Tributária (AT)

■ Carlos Guímaro

Mecanismo Nacional Anticorrupção (MENAC)

■ Luís Carvalho

Representante da Open Government Partnership (OGP)

■ Mathilde Bouyé

Online

Provedoria da Justiça (PJ)

■ João Tornada



AGENDA

Receção dos participantes

- 1. Abertura
- 2. Intervenção da OGP
- 3. III Plano de Ação Nacional de Administração Aberta
 - Ponto de situação dos compromissos
 - Compromisso #6 Programa de Capacitação e Divulgação do RGPC
- 4. Presença de Portugal no OGP Global Summit
- 5. Outros assuntos e encerramento

Intervenções

1. Abertura

Foi dado o início à reunião pela ARTE que apresentou o plano de trabalhos para esta reunião e deu nota que nesta reunião teríamos a presença de Mathilde Bouyé, representante da OGP e que esta iria fazer uma pequena apresentação para todos os membros.

2. Intervenção de Mathilde Bouyé

O ponto focal da Open Government Partnership (OGP) Internacional, Mathilde Bouyé, procedeu à apresentação e enquadramento dos trabalhos da OGP. Foi explicado que a OGP é uma parceria global fundada em 2011 para promover governos abertos e colaborativos, envolvendo 74 países, 150 governos locais e mais de 1.000 organizações da sociedade civil. A visão da OGP centra-se em governos abertos que trabalham em parceria com a sociedade e as pessoas para fortalecer a democracia e melhorar resultados sociais. A missão é inspirar, conectar e capacitar uma comunidade crescente de reformadores, provenientes tanto do governo como da sociedade civil.

Mathilde detalhou o modelo único da OGP, que inclui uma participação equilibrada e efetiva entre governos e sociedade civil, com lideranças compartilhadas a nível nacional e global, um quadro robusto de ação e mecanismos de responsabilização, como o Relatório Independente de Monitorização. Destacou também os benefícios da participação na OGP, incluindo inspiração, suporte, aprendizagem entre pares, visibilidade global e o acesso a recursos e eventos globais e regionais.

A apresentação incluiu exemplos práticos de reformas nacionais e locais, destacando igualmente o processo de co-criação dos planos nacionais de ação e a importância de cumprir os requisitos mínimos de participação e transparência definidas pela OGP. Foram mencionadas ainda as estratégias de envolvimento de diferentes níveis e ramos do governo, incluindo parlamentos e poderes judiciais, além do papel dos desafios Open Gov (Open Gov Challenge) para abordar problemas globais através da ação coletiva e que podem ser propostos em qualquer altura.

Finalmente, Mathilde Bouyé reforçou o papel do fórum multi-stakeholder como espaço essencial para diálogo contínuo entre governo e sociedade civil, sublinhando a necessidade de mandatos claros, representatividade equilibrada e comunicação proativa para garantir o sucesso dos compromissos assumidos no âmbito da OGP.



3. III Plano de Ação Nacional da Administração Aberta (PANAA)

No âmbito do III Plano de Ação Nacional de Administração Aberta, foi efetuado o ponto de situação relativo aos compromissos em execução, com atualizações segundo os contributos dos representantes das entidades envolvidas.

Relativamente ao **compromisso 1**, a ARTE identificou, conforme caracterizado na apresentação partilhada durante a sessão, que foram já desenvolvidas novas atividades no âmbito deste compromisso, decorrendo todas as iniciativas conforme planeado.

No que diz respeito ao **compromisso 2**, o representante da CADA referiu que ocorreram novos desenvolvimentos, nomeadamente a realização de dois webinars: o "WebINAr — Catálogo de Transparência" a 30 de setembro e organizado pelo INA, e o webinar "Cultura de Transparência na Administração Pública" a 9 de setembro e organizado pelo MENAC e TI Portugal. O representante da PASC acrescentou a sua participação no WebINAr "Princípios Gerais do CPA - Princípio da Administração Eletrónica" a 17 de setembro também organizado pelo INA.

No que concerne ao **compromisso 3**, foi registado que, uma vez concluído, nada houve a acrescentar, não tendo sido apresentadas novas informações ou desenvolvimentos durante a reunião.

O representante da AT informou que o **compromisso 4** se encontra concluído, com todos os objetivos cumpridos. Por sugestão da ARTE, será considerado, na futura atualização do Plano de Ação, a revisão deste compromisso, especialmente na atividade 4 – "Aumentar a disponibilização de informação disponível", com vista a ampliar o número e temática das informações publicadas, por exemplo no Portal +Transparência.

No ponto relativo ao **compromisso 5**, foi apenas registado que a execução decorre segundo o planeado, sem novidades relevantes.

No compromisso 7, a SG Gov comunicou que foram realizadas duas simulações no Conselho de Ministros com os membros do atual governo, o que demonstra uma convicção consistente relativamente à continuidade dos propósitos deste compromisso, mantendo-se o plano conforme o previsto. A ausência de novos desenvolvimentos resulta da reestruturação interna da entidade (de SGPCM para SG Gov), não tendo ocorrido, entretanto, outras alterações ao compromisso. Contudo, a SG Gov considera que será necessário, durante o processo de atualização do III Plano de Ação, proceder à revisão deste compromisso.

O compromisso 6 foi objeto de especial atenção devido ao atraso na sua execução, tendo sido indicado que o mesmo terá de ser concluído até ao final do ano. O MENAC foi convocado para esta reunião para colaborar na concretização dos objetivos deste compromisso. O representante da entidade disponibilizou-se para apoiar todas as ações necessárias que a RNAA considerasse necessárias para esta questão e informou que já foram realizadas as seguintes ações durante este ano:

- Elaboração e publicação do "Manual do Denunciante de Crimes de Corrupção e Infrações Conexas" (2025) e manuais síntese de apoio à implementação do RGPC.
- Publicação da coleção "Ética e Integridade" em parceria com a UN Global Compact Network Portugal, destinada ao apoio à elaboração de códigos de ética e conduta, planos de prevenção da corrupção e implementação de canais de denúncia.



- Realização de webinars dedicados à Plataforma RGPC (29 de janeiro, 5 de fevereiro, 10 de fevereiro, 8 de abril de 2025), incluindo iniciativas em colaboração com o setor da hotelaria (AHP) e com diretores escolares (ANDAEP), e prevista a realização de novo webinar em 15 de outubro de 2025 sobre o tema "O Responsável pelo Cumprimento Normativo".
- Disponibilização, durante o ano de 2025, de linhas de esclarecimento e acompanhamento, com mais de 3000 entidades abrangidas contactadas para apoio à implementação do RGPC.

A análise das evidências ficará a cargo dos membros da RNAA, que deverão avaliar se estas cumprem os requisitos necessários para dar por concluído o compromisso.

Não havendo qualquer questão, avançou-se para o segundo ponto de trabalho da agenda.

4. Presença de Portugal na OGP Global Summit

A AMA informou os membros sobre a participação de Portugal na Cimeira Global da Open Government Partnership (OGP Global Summit), que decorre de 6 a 10 de outubro de 2025, em Vitoria-Gasteiz, Espanha. Este evento reúne mais de 2.000 representantes de governos, sociedade civil e decisores políticos de todo o mundo, para troca de experiências, divulgação das melhores práticas e discussão de avanços em iniciativas de governo aberto.

Portugal estará representado a nível político pelo Senhor Secretário de Estado para a Simplificação, Paulo António Magro da Luz, e a nível técnico pela ARTE, através do ponto focal nacional da OGP. A participação tem como objetivo reforçar o compromisso nacional em matéria de transparência, integridade institucional e participação cidadã, bem como posicionar Portugal na comunidade internacional de governo aberto.

5. Outros assuntos e encerramento

No ponto de Outros Assuntos, a ARTE informou todos os membros sobre o ponto de situação da auscultação nacional aos cidadãos. Foi referido que está em fase de finalização a contratação de um parceiro privado com vasta experiência na área, que apoiará o desenvolvimento e aplicação dos resultados desta atividade.

Informou-se que a auscultação será realizada através da aplicação de um inquérito a uma amostra representativa de 1.000 cidadãos, distribuídos de norte a sul de Portugal, garantindo a representatividade adequada da população. Após a recolha dos dados via inquérito, serão realizadas sessões de grupos focais para validar e aprofundar a informação recolhida.

Foi ainda referido que, com base na informação recolhida desta auscultação, e conforme acordado anteriormente por todos os membros da RNAA, estarão criadas as condições para a elaboração do plano estratégico da RNAA.

Por último, ficou acordado que a próxima reunião da RNAA terá lugar no dia 26 de novembro de 2025, pelas 10h, ficando esta data definida para continuidade dos trabalhos e acompanhamento das atividades em curso.